

ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Sr. deputados, antes de entrarmos em Breves Comunicações, temos dois atos da Mesa.

(Passa a ler.)

"ATO DA PRESIDÊNCIA N. 020-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao senhor deputado Darci de Matos, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de julho do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de julho e 2013

Deputado JOARES PONTICELLI  
Presidente"[sic]

"ATO DA MESA N. 027-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão **Ciro Marcial Roza**, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do deputado **Darci de Matos**, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de julho de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI  
Presidente"[sic]

Como o deputado **Ciro Roza** já tem feito o seu compromisso, está dispensado de fazê-lo neste segundo momento que s.exa. assume.

Desejamos as boas-vindas novamente ao nosso meio, deputado **Ciro Roza**.

Gostaria também, em nome de Presidência, de registrar a presença da Câmara de Vereadores **Mirins de Indaial**, 18 vereadores jovens, acompanhados pela coordenadora **Maria Helena** e seus assessores **Sidnei**, **Marcelo**, **Jonatas** e **Ana Paula**.

A todos vocês as nossas boas-vindas a esta Casa. Quem sabe, num futuro próximo, poderemos ter alguém de vocês presente neste espaço público, que é a nossa Assembleia Legislativa.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado **Volnei Morastoni**, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO **VOLNEI MORASTONI** - Sr. presidente, srs. deputados, também quero saudar todos os nossos visitantes e os que nos acompanham pela TVAL, para dizer que hoje é o dia D. Muitos dias D para a saúde, deputado **Kennedy Nunes**, com certeza.

Felizmente a saúde está vindo para a ordem do dia. A saúde precisa realmente ser trazida para a ordem do dia. Tenho dito aqui que tudo é prioridade: educação, segurança, habitação, infraestrutura, portos, aeroportos e assim por diante. Mas a saúde é a prioridade das prioridades, porque sem saúde de que adianta a educação? Sem saúde, de que adianta o desenvolvimento, as riquezas?

Então, a saúde é a mãe das prioridades. E hoje é o dia D. Estar aqui exposto em nosso painel - dia 10 de julho é o Dia Nacional de Coleta de Assinaturas pela Saúde + Dez: 10% para a saúde, 10% do orçamento nacional, 10% da arrecadação de impostos do Brasil, 10% das receitas brutas correspondentes. É tudo a mesma coisa, mas são 10% que queremos.

Assim como os municípios têm que aplicar 15%, no mínimo, os estados 12%, queremos que a união aplique 10%. Hoje se aplica o mesmo do ano anterior acrescido de uma variação do PIB nominal, que é um tanto quanto subjetivo. Nós queremos um número fixo, fácil de acompanhar, fácil de fazer o cálculo - 10%.

Por isso estamos nas ruas em todo o Brasil. É lógico que não temos a força do *Big Brother* Brasil que numa noite apenas 80 milhões do povo brasileiro coloca a sua digital e vota nos candidatos do *Big Brother*.

Estamos há um ano, desde meados do ano passado, nas ruas de todo o Brasil, para coletar um milhão e meio de assinaturas, subscrevendo um projeto de lei de iniciativa popular, porque o povo tem essa prerrogativa. Não é só o presidente da República, o governador, os prefeitos, os deputados, senadores, vereadores. O povo conquistou isso na Constituinte, como o povo conquistou o SUS na Constituinte de 1988. O povo conquistou o direito dos projetos de lei de iniciativa popular no município, no estado, na união, desde que subscreitos por 1% do eleitorado correspondente.

Estamos nas ruas para fechar com chave de ouro. Já passamos de um milhão e meio, e no dia 5

de agosto, meu caro presidente Padre Pedro Baldissera, vamos dar entrada, no Congresso Nacional, a esse grande abaixo-assinado do povo brasileiro, de uma mobilização que veio antes dessas mobilizações que estão acontecendo agora

Era difícil nas ruas, porque às vezes havia a passividade do próprio povo. A saúde é muito importante, mas não foi fácil recolher assinaturas. As pessoas são insensíveis. Muitas vezes, têm o problema, vive o problema, mas na hora que são convidadas para apor uma assinatura para subscrever um projeto dessa iniciativa para a própria saúde, elas ficam alheias.

Agora, felizmente, essas mobilizações são muito boas, porque ajudam a tirar o povo do marasmo, da passividade, do comodismo. Vamos separar o joio do trigo, pois sabemos que tem oportunismo, que tem coisa ruim e absurda, mas tem coisa boa e reivindicações justas. E a alma desse movimento é importante para que o povo brasileiro possa avançar.

Vejam que essa foto está representando um ato que está acontecendo hoje em Brasília, com o congresso do conselho dos secretários municipais de saúde de todo o Brasil. Dentro da sua programação é um ato de apoio ao Saúde + 10. E o deputado que aparece aí falando é o presidente da Câmara dos Deputados, que hoje no movimento também vestiu a camisa do programa Saúde + 10. E no dia cinco de agosto, quando formos entregar esse abaixo-assinado no Congresso Nacional, com certeza vai ter uma tramitação com agilidade para que até o final deste ano, no embalo dessas reivindicações que trouxeram a saúde para a ordem do dia, vamos aprovar o Saúde + 10, destinando mais dinheiro para a saúde.

Nós sabemos, deputado Ismael dos Santos, que não é só dinheiro. É mais gestão, é melhor gerenciamento, porque grande parte dos problemas da saúde está na gestão em todos os níveis.

Nós também queremos com isso mais médicos. Felizmente, a presidente anunciou um programa que até acho importante, mas precisamos de médicos para já. Brasileiros em primeiro lugar, mas se não

tiver, podem ser estrangeiros, cubanos, espanhóis, portugueses, que venham e que ajudem a suprir os rincões do nosso Brasil sem médicos.

Ontem falei aqui que quando me formei, em 1976, em Medicina, tinham 120 mil médicos no Brasil. Hoje temos mais de 400 mil. Continua-se falando a mesma coisa, pois naquela época não tinha médicos em grandes regiões do Brasil, e hoje continua igual. Naquela época os médicos estavam concentrados no eixo Rio/São Paulo.

Em Santa Catarina, 70% dos médicos estão concentrados na Grande Florianópolis; na minha cidade de Itajaí, em Blumenau e Joinville estão os outros 30%. O *Diário Catarinense* mostra hoje que temos 80% de municípios com falta de médicos em Santa Catarina.

Então, a cantilena continua igual. E falei ontem desta tribuna que acho absolutamente correta a medida do ministério da Saúde e do ministério da Educação quando acrescentam dois anos ao curso de Medicina. Um primeiro ciclo de seis nos que pode ser reduzido para cinco e mais dois para realmente fazer uma residência nos postos de saúde, nos Samus, nos prontos socorros. Infelizmente, a maioria dos nossos médicos, hoje cada vez mais, sai das faculdades, dos cursos, sem condições reais de cuidar dos doentes.

Que médicos estamos formando? Para que realidade? Para a realidade da saúde do povo brasileiro ou só para o mercado da cirurgia plástica? Só para o mercado da cirurgia bariátrica? Só para as especialidades? Que são importantes, pois precisamos de muitos especialistas, mas antes um médico tem que ser um clínico, ele tem que ser um médico que passe pela experiência da atenção básica, dos postos de saúde, pois ali se pratica o primeiro acolhimento, a humanização, e 90% dos problemas de saúde podem ser resolvidos na atenção básica.

Vamos acrescentar as PICs, seminário realizado na semana passada, as práticas integrativas e complementares na rede pública, a homeopatia, a acupuntura, as plantas medicinais, o termalismo e assim por diante. Vamos melhorando inclusive o

modelo assistencial pelo SUS, mas é importante que os médicos recém-formados das escolas privadas e públicas tenham essa oportunidade, porque geralmente isso não existe. Há um distanciamento entre os cursos e a rede pública de saúde.

Esses médicos precisam ter a experiência da atenção básica, que vai ser salutar para qualquer especialidade e para o tipo de médicos que serão no futuro.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, ontem fui questionado na rua sobre dois aspectos com relação a essa questão. Primeiro, quem vai fazer a tutela desse aluno na cidade em que não há médico?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - As universidades de origem, as escolas de onde estão se originando continuam tendo um vínculo para supervisionar e continuar sendo avaliado. Nesses dois anos, o aluno continua sendo avaliado. Portanto, é um vínculo dos cursos direto com a rede básica de saúde.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - A preocupação que temos é essa, porque se está faltando médicos no interior, quem fará a tutela desses alunos? Em segundo lugar, vão colocar as pessoas na mão de estudantes ainda não formados?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Deputado, hoje os cursos, as faculdades, estão muito distanciadas do povo, da realidade da rede básica do SUS.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - A minha preocupação é colocar as pessoas nas mãos de estudantes ainda não formados e quem vai fazer a tutela do estudante, se a questão é não ter médico lá na ponta.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Mas eles continuarão sendo acompanhados, tutelados, pelos cursos, e aí vamos dispor dos recursos existentes hoje, por exemplo, a telemedicina. E Santa Catarina possui até uma experiência interessante neste sentido. Um médico do interior pode passar determinados exames para um centro de

especialidades e ter as respostas que vão orientá-los também. Mas a tutela será das universidades e dos cursos de Medicina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, primeiramente gostaria de continuar a falar sobre esse debate que está acontecendo.

Nós achamos que o estudante de Medicina não pode ganhar mais dois anos em seu currículo e levar oito anos para concluir a sua formação por causa de um problema emergencial na saúde. Acho que o governo federal está totalmente errado em querer instituir mais dois anos para o estudante de Medicina. Então, o estudante de Direito vai ter mais dois anos simplesmente, assim como o de Engenharia etc.?

Até concordamos com relação à rede pública de ensino, porque essa é bancada pelo governo federal. Nós pagamos as universidades da rede pública com os impostos, mas as universidades privadas são autônomas. Os alunos pagam a universidade privada com muito sacrifício. Então, não podem estar inseridas as escolas privadas e públicas. Temos que separar.

Acho que a vinda de outros médicos para o Brasil neste momento não tem problema nenhum, desde que se cumpra a Constituição, desde que se cumpra a revalidação do Conselho Federal de Medicina. Para que nós possamos atuar nos Estados Unidos, na França temos que lá prestar a prova de revalidação. E por que os médicos de lá não precisam mostrar a sua sabedoria para nós? Eles têm sim.

Então, podem vir médicos de outros países, mas eles não resolverão o problema. Eles irão para o interior e lá não há condições para que eles exerçam a Medicina. Não tem laboratório para fazer exames, não têm Raios X, enfim, não tem consistência para exercerem a profissão, como os médicos do Brasil também não têm.

Mas, hoje, a minha fala será sobre a Lei da Internação Compulsória de Dependentes Químicos.

(Passa a ler.)

"Institui a Política e o Sistema Estadual de Internação Compulsória de Dependentes Químicos e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei institui a Política e o Sistema Estadual de Internação Compulsória de Dependências Químicos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Política de que trata esta Lei possui as seguintes diretrizes:

I - a realização de ações urgentes que possibilitem a identificação e a elaboração de laudo de capacidade de dependentes químicos com o intuito de subsidiar solicitações judiciais de internação compulsória;

II - a qualificação dos serviços públicos para a prestação de atendimento aos dependentes químicos que, por conta do grau de comprometimento com a droga, perdem a autonomia de vontade; e

III - a capacitação de equipe técnica para a implementação da política.

Art. 3º A Política de Internação Compulsória de Dependentes Químicos tem os seguintes objetivos:

I - receber a demanda acerca do dependente químico que, por conta do vício, aparenta perda de capacidade de juízo de realidade e autonomia da vontade;

II - realizar de forma ágil estudo técnico do caso concreto e emitir laudo conclusivo, fundamento de forma transversal e interdisciplinar, com objetivo de auxiliar a fundamentação judicial de internação compulsória;

III - promover a qualificação, capacitação e acompanhamento de equipe técnica, interdisciplinar, responsável pelo atendimento ao dependente químico; e

IV - articular os demais entes públicos no sentido de viabilizar a internação compulsória de dependentes químicos que deixaram de dispor de autonomia de vontade.

Art. 4º São instrumentos da Política instituída por esta Lei:

I - Plano Estadual, aqui definido como o conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos de execução e avaliação que consubstanciam, organizam e integram o planejamento e as ações do Sistema Estadual de Internação Compulsória de Dependentes Químicos;

II - Sistema Estadual de Internação Compulsória, aqui definido como o conjunto de agentes institucionais que, no âmbito de suas respectivas competências, agem de modo permanente para o cumprimento dos princípios e objetivos da Política instituída por esta Lei;

III - organizar o serviço de atendimento às solicitações de laudo técnico para requerimento de internação compulsória dos dependentes químicos; e

IV - a colaboração entre diferentes entes públicos e privados.

Art. 5º A Secretaria Estadual da Saúde coordenará a Política de que trata esta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do artigo 71 da Constituição Estadual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." [sic]

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Quero parabenizá-lo pelo interesse de v.exa., que vem da área médica.

Quero dizer que esse tema, de fato, tem sido exaustivamente discutido e debatido nas nossas audiências públicas. Já está implantado no Rio de Janeiro, São Paulo e, naturalmente, o debate chega a Santa Catarina.

Entendo que há, de fato, casos que não há como você não agir de forma compulsória em relação a casos extremos para internação do dependente químico, mas tenho duas preocupações. E acho que é a partir daí que o debate precisa ser enriquecido: primeira, a estrutura do governo para atender esse

dependente químico que involuntariamente será internado. E segunda, a nossa experiência, pois como presidente de uma comunidade há 20 anos trabalhando com dependentes químicos, entendo de que a vontade pela recuperação é parte da mesma.

Então esse debate nós precisamos, sem dúvida alguma, intensificar nesta Casa e tomar, de fato, parte das políticas públicas de atendimento ao dependente químico.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar!

(Continua lendo.)

"Justificativa

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 227, estabelece para a família, a sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade e em atenção à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, entre outros, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, exploração e opressão. A nossa Carta Constitucional também assegura o direito à saúde como direito de todos e dever do Estado (art. 153).

O mesmo texto constitucional assegura ao estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a proteção à infância e à juventude (art. 24, inciso XV), de forma que a atuação deste Parlamentar, conforme já afirmei em outra proposição que também visa assegurar a proteção dos nossos jovens, além da competência assegurada, baliza-se pelo sentimento e preocupação com a jovem população catarinense, exposta de forma alarmante não só aos próprios desafios do homem, mas principalmente aos males da desvirtuada vida moderna, na qual o consumo de drogas, lícitas ou não, tornou-se a causa principal dos mais variados problemas sociais, influenciando decisivamente no futuro da nação.

O consumo de *crack*, por exemplo, aumentou muitos nos últimos anos, espalhando-se por todo o país, por todas as classes sociais, podendo ser

considerado uma epidemia. Os viciados perdem seus vínculos com a família e com a sociedade, não aceitam outra coisa a não ser consumir mais drogas. Observa-se que a maioria aceita se tratar, sendo a solução a internação compulsória, medida já prevista na Lei Federal n. 10.216/2001. Por isso, muitos especialistas têm defendido a internação compulsória.”

Nós temos ainda outras justificativas para que a nossa lei seja aprovada pelos 40 deputados. Queremos apoio, srs. deputados, a esse importante projeto de lei que já foi aprovado em São Paulo, Rio de Janeiro e agora chega a esta Casa.

A verdade é que precisamos tomar algumas medidas mais fortes, aqui, em Santa Catarina, no momento em que o *crack* e as drogas, entre elas a bebida alcoólica, são a principal causa de desagregação familiar e de momentos difíceis que vivemos em nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, nossos telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero dar prosseguimento aqui ao debate levantado pelo deputado Antônio Aguiar. De fato, essa tem sido uma preocupação da comissão de Prevenção e Combate às Drogas. E eu, particularmente, deputado Sargento Amauri Soares, tenho algumas reticências em relação à internação compulsória. Inclusive acho que há questões legais relacionadas a isso, mas não há dúvida de que esse debate irá se intensificar, não apenas nesta Casa, mas em Santa Catarina, a partir da proposta já adotada em alguns estados brasileiros.

Minha concepção, minha filosofia pessoal continua sendo que o desejo de se recuperar faz parte da recuperação. A nossa casa, o CTV de Blumenau, Centro Terapêutico Vida, em que atuamos há mais de 20 anos, não tem nem portão, deputado

Sargento Amauri Soares. A pessoa chega lá e fica de forma espontânea, num programa terapêutico de nove meses. Se descer o morro, não sobe mais. Esta é a regra.

Nós entendemos que a parte da cura está no querer, no poder de vontade, no poder de decisão do dependente químico.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não.

O SR. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Ismael, quero dizer que concordo com v.exa., no mesmo sentido. Creio que o dispositivo de internação compulsória, e fui convencido disso, é uma forma talvez de em alguns lugares o poder público fazer uma limpeza.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Uma higienização social.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Num conceito de vender turismo, de vender espetáculos, Copa e Olimpíadas, passar a carrocinha, perdoem-me a expressão, ir levando com a alegação de que é viciado?

Então, já tem na legislação de no Poder Judiciário o juiz determinar a internação. O que precisa acontecer é uma estrutura pública maior no sentido que possa fazer com que o Poder Judiciário decida pela internação compulsória, quando for o caso, evidentemente, em relação e debate com a família, com a sociedade e não assim, porque simplesmente vão mandar a carrocinha recolher e esconder atrás do morro, para que a sociedade oficial e os visitantes ilustres não vejam que temos muitos viciados e pessoas perambulando pelas ruas. O problema é social e não de trancafiar as pessoas que estão com dificuldades.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deputado, o pior não é recolher, o pior é aonde colocar. Santa Catarina não tem essa estrutura. Nós estamos buscando dar atendimento àqueles que espontaneamente querem se internar. Temos hoje cerca de três mil vagas em Santa Catarina oferecidas por 150 comunidades terapêuticas.

Estamos crendo que o governo do estado, a partir do mês de setembro, haverá de contratar as primeiras vagas, pelo menos 1/3 dessas vagas, com mil vagas, conforme nossa proposta há dois anos já trazida a esta Casa.

Agora, preocupa-nos, sim, a questão de uma internação involuntária, que já está prevista na lei pela perspectiva jurídica, e como o estado vai de fato dar esse tratamento e ter essa estrutura.

Sr. presidente, srs. deputados, apresentei recentemente nesta Casa, e gostaria de tecer alguns comentários, o novo projeto de lei muito em sintonia com as manifestações que acontecem nas ruas e praças do país e não diferente em Santa Catarina.

A população brasileira mais do que nunca quer do agente público pelo menos duas virtudes, que são competência e transparência. E é nesse viés que propomos uma lei, sr. presidente, no sentido de que o cidadão catarinense tenha absoluta transparência no que diz respeito à locação de espaços públicos, aos aluguéis.

Uma pesquisa que fizemos, deputado Sargento Amauri Soares, dá-nos a estimativa de 350 imóveis locados pelo governo de Santa Catarina em diferentes municípios, perfazendo nada mais nada menos do que R\$30 milhões só da administração direta, que são pagos todos os meses pelo governo do estado. E o que queremos com essa lei que esperamos que seja aprovada nesta Casa? Assegurar o acesso a todo cidadão sobre a informação dos gastos dessa locação. Primeiro, que haja na fachada externa, sempre que possível, junto à placa de identificação do órgão, a expressão "imóvel locado". Essa é a primeira iniciativa do projeto. Segundo, informar na fachada interna especial, junto à entrada do edifício, da casa, de forma acessiva, três informações: o valor do aluguel, quanto se está pagando por aquela sala, por aquela casa, por aquele prédio, o nome do proprietário. Assim certamente vamos dar transparência a muitos perigos. É um perigo, deputado Sargento Amauri Soares, mas é necessário. Quem está alugando para quem, o tempo do contrato

e, mais do que isso, o nosso projeto prevê que seja disponibilizado a todo cidadão catarinense, através das redes sociais, da internet, o extrato do contrato contendo as seguintes informações: o nome do proprietário do imóvel, a locação e dimensão do espaço locado, a finalidade da locação, para que está servindo aquele prédio, se é para a Polícia Civil, para a saúde, para a assistência social, a vigência contratual, o valor do contrato, a forma de pagamento, a indicação de que recurso orçamentário está saindo o valor e eventuais particularidades relevantes a esse contrato. Por fim, queremos que os contratos de aluguéis, que via de regra são fechados, sem licitação, diga-se de passagem, deputado Kennedy Nunes, por conta às vezes da particularidade, da localização, do tamanho, enfim, que serve para determinada função, mas é preciso que a população tenha acesso a todas essas informações, para que não reste dúvida sobre a escolha e o preço para cada imóvel que o governo do estado está investindo. E repito, são mais de 350 imóveis em Santa Catarina, que consomem hoje pelo menos R\$ 30 milhões, todos os meses, só na administração direta. Portanto, esse é um projeto que busca transparência nos aluguéis públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, em nome do PSDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados.

O PSDB, neste final de semana, no plenarinho desta Casa, vai ter a sua convenção. E após uma boa conversa, bons entendimentos, vamos ter quase

que, eu diria para v.exa., uma aclamação. O presidente vai ser, e esperamos que assim aconteça no domingo, o deputado Paulo Bauer, já como presidente do PSDB, ele que mais adiante também será referendado como candidato do PSDB ao governo deste estado.

É evidente que teremos tempo suficiente para as conversas. E é difícil conversar com o PT, pois o PSDB com o PT é como vinho e água, não dá liga, mas a amizade, o respeito e o carinho que devotamos aos amigos nunca vão deixar de acontecer, até porque o deputado Padre Pedro Baldissera é uma das pessoas que mais quero bem nesta Casa, e é do PT, barbudo como eu, tem uma barba bem mais extensa, é uma pessoa que tenho grande carinho, por ser um deputado simples, sério, transparente. É esse tipo de gente que me faz bem ter como amigo, mesmo sendo do PT.

Eu lamento, mas não vamos ter como conversar sobre uma possível coligação. Mas o PSDB vive um momento diferente, uma hora diferente. Estamos com uma bancada falando a mesma língua o tempo inteiro. Depois de muito tempo o entendimento na bancada do PSDB é especial, o entendimento entre os companheiros da executiva também tem sido harmonioso, portanto, teremos domingo, com certeza, uma belíssima reunião, com todos os parceiros do partido, para a convenção que se realizará das 9h às 13h.

O deputado Antônio Aguiar falava uma coisa que me chamou atenção. E vejo s.exa. neste momento conversando com o deputado Volnei Morastoni. Os dois são médicos e têm opinião antagônica em relação à questão que tem sido o assunto mais importante do momento, que é a vinda de médicos de outros países e também o aumento de dois anos para o curso de Medicina. E estão ali, discutindo, mas é uma discussão de alto nível, evidentemente, com pontos de vista discordantes, mas de alto nível.

Quero dizer ao deputado Antônio Aguiar que concordo plenamente com o seu ponto de vista, porque há duas questões a serem analisadas: os alunos de faculdades públicas e os alunos de faculdades particulares. Há uma grande diferença

nisso. A universidade particular é bancada normalmente pelo bolso da família, dos pais que se sacrificam para manter o filho numa universidade, para quando terminar o curso esse filho ter o discernimento de ir para onde bem entender, ou seja, ficar numa capital, ir para o interior, seja lá onde for, é um direito que a pessoa tem. Pagou para isso. Estamos num país democrático, onde a democracia é sagrada. Brigamos muito pela democracia, e hoje, que gozamos de plena liberdade, estamos vendo determinadas situações que não condizem com a democracia, porque temos livre arbítrio.

Se estou pagando para fazer uma universidade, como vão dizer onde tenho ou não tenho que ir? Não, não é certo! Não é correto! Agora, para quem faz uma universidade pública, acho correto, porque esse curso foi pago com dinheiro do povo. O aluno fez uma universidade, através do dinheiro recolhido pelos impostos, e quando terminar de estudar nada mais justo do que prestar pelo menos uns dois anos de serviço, para, quem sabe, devolver um pouco daqueles benefícios que teve durante todo o seu estudo. Esse serviço poderia ser trabalhando para o SUS ou para onde o governo entender que deva ir.

Está corretíssimo! E isso não deve ser somente para o curso de Medicina, mas também para o de Psicologia, Direito, enfim, em todas as universidades públicas, o cidadão, depois que termina o curso, teria mais dois anos para se dedicar e trabalhar para o SUS ou onde o governo entender que seja melhor. Afinal, quem pagou para a pessoa estudar? Foi o governo, através dos impostos que nós pagamos. Então, nada mais justo do que esse cidadão devolver em trabalho um pouco daquilo que teve durante a sua formação.

Quanto à universidade particular, é o pai que desembolsa dinheiro para sustentar aquele filho ou é o próprio estudante que muitas vezes trabalha para pagar o curso. Então, quando termina, alguém temo direito de determinar para onde ele tem que ir? Onde está a democracia? Onde está o livre arbítrio do cidadão? Aí está a diferença da coisa.

Quanto à questão de aumentar em mais dois anos as universidades de Medicina - se for partir para esse princípio de que com mais dois anos o estudante vai estar muito mais qualificado a partir do momento em que se desvincular da faculdade -, até há um entendimento assim, mas teríamos que ter também para a própria faculdade de Direito, estendendo mais para o cidadão poder ter mais qualificação; ou para a faculdade de Filosofia, enfim, para todas porque não temos grande qualidade no nosso ensino neste país.

Mas o que cria certa dúvida é que o cidadão, a partir de 2015, mesmo nas universidades particulares, vai ter que fazer mais dois anos e não vai perder o vínculo com a universidade. E também, segundo o ministro, não vai pagar a mensalidade, porque senão não seria correto. Eu fico me perguntando, deputado Volnei Morastoni, se a universidade vai bancar esses dois anos por conta própria, sem receber nada? É uma universidade particular e ela vai ficar bancando essa ligação com esse aluno ainda por mais dois anos de graça? Ninguém perguntou para ela ainda se topa essa parada.

Qual é o seu entendimento, deputado Volnei Morastoni, como médico?

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo, deputado Nilson Gonçalves, ontem nós já conversamos informalmente sobre isso, mas hoje quero dizer duas coisas. A primeira é que nesse segundo ciclo de dois anos, esse médico já graduado, digamos, e já tendo a autorização para exercer a Medicina...

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas vinculado à universidade.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Vai continuar vinculado à universidade e receber do governo federal uma bolsa que vai variar de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil. Então, isso vai custear, mas continuará tendo um vínculo com a universidade.

Em segundo lugar, o que quero dizer é que, além das universidades públicas, também as particulares... E acho que está certo, deputado Nilson Gonçalves, porque penso que isso não é um favor que o estudante e as universidades vão fazer para o governo e para a população. O médico recém-formado oriundo da universidade pública ou particular hoje está com deficiência na formação básica, porque há um distanciamento dos cursos da rede pública de saúde e da atenção básica. A cabeça está voltada somente para o hospital, para a doença e para a especialidade. Ele vai ficar dois anos, mas depois vai seguir o caminho que bem lhe aprouver, para a especialidade que ele desejar, e esses dois anos serão muito bons para ele, como médico.

Então, acho que mesmo para os estudantes formados oriundos de universidades particulares também se justifica, porque senão aí seria uma discriminação tirá-los dessa oportunidade.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Eu só fico me perguntando o que pensam as universidades, uma vez que elas não vão ter mais a mensalidade do aluno. E não vi o governo assinar nenhum benefício para essas universidades que terão a responsabilidade de monitorar e acompanhar esses dois anos desses seus alunos.

É um assunto bastante palpitante, sr. presidente, que certamente ainda vai gerar mais discussões. E queira Deus que sejam para o melhor de todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência da representante do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e catarinenses aqui presentes, sempre aprendi, deputado Nilson Gonçalves, que devemos trabalhar a prevenção, quando se trata de saúde. E na administração pública poderíamos falar que a prevenção poderia ser substituída pela palavra planejamento. A prevenção nada mais é, deputado Antônio Aguiar, do que o planejamento. Você planejar a sua saúde é fazer a prevenção.

Sempre soube que quando você planeja ou quando você previne, fica muito mais barato. Por que falo isso? Porque estamos aqui discutindo, e já ouvimos depoimentos, e acho que essa é a função do parlamento, ideias sobre os anúncios feitos pela presidente Dilma Rousseff em resposta às manifestações que aconteceram nas ruas, deputado Edson Andrino. E o que vejo? Se pedissem para eu definir o governo neste momento, eu diria que o governo está sendo um governo curativo e não preventivo. O governo está parecendo um pronto socorro. Por que faço essa analogia? Simples! Porque estou vendo que a presidente Dilma Rousseff está falando, anunciando ações e palavras de uma forma que não é planejada, porque observamos que quando ela anuncia uma coisa dá um revertério, porque a sociedade não sabe o que ela está anunciando. Os mais envolvidos no processo não sabem. Aí ela volta atrás e anuncia de outra forma.

Estou achando que no governo da presidente Dilma Rousseff, também já vou falar do governo estadual... Estou falando aqui do governo federal, porque é lá que acontecem as coisas, é lá que ficam 70% do imposto arrecadados. É lá que não estão aplicando 10% do orçamento na saúde. É lá que desde 1996 não fazem a alteração da tabela do SUS. É lá que acontecem as coisas. Então, é por isso que estou falando de lá. E depois quero fazer uma avaliação do governo daqui.

Então, vejo, por exemplo, que ela primeiro falou de uma questão na Constituição, de fazer uma nova Constituição, depois veio com um plebiscito e

tal, tirou o foco da questão dos verdadeiros pedidos da rua para tentar desfocar da questão da reforma política. E quando todos começam a dizer médico, médico, médico, primeiro, ela disse que iria trazer um monte de médicos de fora; agora, ela lança um plano de mais médicos, estendendo o curso em mais dois anos, exigindo a contrapartida dos alunos.

Ontem, eu estava assistindo ao programa do Aderbal, lá de Balneário Camboriú. Ele estava entrevistando o presidente da Sociedade de Medicina de Santa Catarina, que dizia: "Não fomos consultados em nada, não sabemos como vai ser, não sabemos quem vai ser o tutor."

Quanto a essa pergunta do tutor, ele também estava fazendo lá. "Não sabemos quem vai ser o tutor. Não se sabe absolutamente nada! Nós não estamos participando disso."

Aí fico pensando que se uma sociedade brasileira de Medicina, uma sociedade que representa os médicos, não foi chamada para discutir isso, é complicado. E quando faço essa análise vejo o governo estadual. Agora vou falar aqui da nossa Casa.

O governo estadual, deputado Sargento Amauri Soares, determinou uma auditoria na saúde, não sei se o deputado Volnei Morastoni tem conhecimento, através de uma empresa portuguesa, que está fazendo uma auditoria fantástica. Nessa avaliação, nessa auditoria, nesse novo gerenciamento da saúde pública pelo governo do estado, tem sentado à mesa o Ministério Público, representante dos médicos, representante dos funcionários da saúde, representante dos hospitais, ou seja, todos estão envolvidos no processo de achar um novo caminho para o gerenciamento da saúde. Essa é a diferença; por isso, na questão da saúde, nesse planejamento que está sendo feito, nessa auditoria e planejamento que serão apresentados nos próximos dias, pode até demorar um pouco mais a solução do problema, mas é planejado.

Numa das reuniões que participei foi feita uma avaliação com as grandes empresas do porte de uma secretaria estadual da Saúde, com o número de

funcionários, da capilaridade, do dinheiro, e chegaram à conclusão de que se equipara à General Motors, por exemplo, e a outras grandes empresas. Nessas outras grandes empresas, deputado Nilson Gonçalves, o setor de compras, por exemplo, tem apenas um. E na secretaria da Saúde, aqui no estado de Santa Catarina, tem seis diferentes.

Então, começa-se a observar que existem muitos gargalos que estão dando prejuízo para o cidadão, que na verdade é gerenciamento. Como v.exa. falou ontem, o problema da saúde não é só dinheiro. Ah, se fosse só dinheiro! Passa pelo gerenciamento, passa pela educação, passa por uma série de setores, mas o que estou falando, fazendo uma avaliação, é exatamente isso. O governo do estado está fazendo prevenção, ou seja, planejamento.

Isso custa mais barato, custa trazer à mesa pessoas para estarem discutindo, o que é diferente do que a presidente Dilma está fazendo, um curativo.

O que imagino do governo federal é que chegou um paciente com fratura exposta, causada pelo grito das ruas, então, procuraram dar um jeito, estancar o sangue rapidamente, mandar o sujeito embora, para não ter gente sangrando no governo. É assim que vejo as ações e as palavras da presidente Dilma.

O que vejo é um governo perdido, que fala uma coisa agora, diz que vai importar médicos, mas dá uma complicação, e fala então que vai aumentar mais dois anos, ou seja, é um governo cego, que não esperava essa reação das ruas, talvez porque estava sempre ao lado das manifestações. Mas quando foi para o outro lado do balcão, assustou-se com as ruas e, agora, tateando, tenta se levantar para dar uma resposta à sociedade. Essa é uma avaliação minha, eis que me preocupa, porque estamos tratando com a saúde das pessoas.

O Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Volnei Morastoni, logo concederei um aparte a v.exa., até porque tenho o maior respeito pelo seu trabalho, acho que v.exa. é uma das pessoas que está muito

voltada para essa questão, é um discurso seu, e gosto de ouvi-lo, porque vou tirando algumas dúvidas.

No Judiciário, o juiz sabe que vai ficar algum tempo lá, mas que depois ele tem condição de voltar, ou seja, isso tem que estar no jogo também na área da Medicina.

Se falta médico na cidade onde ninguém quer ir, e v.exa. falou que o tutor vai ser a faculdade, eu entendo que a presidente Dilma, antes de anunciar isso de forma surpresa para todo mundo, deveria ter conversado, construído isso ao longo de um tempo, junto com a sociedade de Medicina, junto com as universidades, junto com os alunos, porque então se consegue, ao longo do tempo, construir algo e apresentar para a sociedade, mas algo construído a várias mãos e não como está sendo agora, em que ela está todo o tempo tendo que refazer. Só falta ela usar o argumento do Fernando Henrique Cardoso: esqueçam o que escrevi.

Só falta a presidente dizer "esqueçam o que eu disse ontem, porque hoje vou dizer tudo de novo". Ou então pegar a desculpa do Lula, ou seja, dizer que não sabe de nada e ficar por isso mesmo. O povo está de saco cheio disso. E a resposta das ruas, o grito das ruas, foi em relação a isso.

Como vai ficar o cidadão na cidade onde não tem hospital, onde a rede básica não funciona? Deputado Jorge Teixeira, v.exa. que também é médico, qual é a confiança do cidadão comum que vai entrar num posto de saúde sabendo que vai ser atendido por um aluno que ainda não se formou e que teoricamente está tendo uma tutela da universidade que fica a tantos quilômetros de lá? Qual é a confiança que ele vai ter?

Deputado Volnei Morastoni, concedo uma aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo deputado Kennedy Nunes, quero responder, primeiro, essa questão do médico lá do interior.

Uma coisa vai levar à outra, por quê? Porque se hoje a nossa realidade mostra que também onde não há médicos falta infraestrutura, faltam

condições de trabalho, no momento em que vamos levar o médico para lá ele será fixado com acompanhamento da universidade. Fatalmente, necessariamente, isso vai fazer com que a estrutura e a infraestrutura necessárias aconteçam também.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas falar em chegar, se o governo federal abrir mão!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Com certeza, isso vai acontecer.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Porque se depender do município, não vai chegar!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Com certeza, necessariamente, terá que também direcionar recursos, condições, para que essa medicina possa ser exercida.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O meu medo é que seja igual ao piso do magistério. O governo federal determinou o valor, e os estados e os municípios que se lasquem, que paguem.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Aí já são hipóteses, mas tenho que olhar o lado positivo disso. Ao mesmo tempo em que v.exa. diz que é uma medida mais curativa, faz uma comparação inteligente entre a prevenção e o planejamento, realmente prevenir é melhor do que remediar. E quando se planeja, estamos prevenindo, trabalhando com metas, com resultados, com etapas na linha do tempo no curto, médio e longo prazo.

Na verdade, quanto a essas medidas que a presidente tomou, uma parte delas é curativa, imediatista. É para tapar ferida agora, curar a doença.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Estancar o sangue.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Estancar o sangue, a hemorragia.

Então, tem que contratar médico já, agora. Daqui a um mês, dois meses, os médicos brasileiros ou estrangeiros vão atuar, porque a situação é emergencial. Isso é a medida curativa, e acho que foi uma medida muito inteligente.

Tenho 35 anos de formado como médico. Naquela época falei que havia 120 mil médicos no Brasil.

Hoje existem quase 500 mil. Tínhamos 50, 60 escolas de Medicina. Hoje há mais de 200, e o problema continua igual: médicos concentrados no eixo Rio/São Paulo, nas capitais. Em Santa Catarina são 70% no eixo Florianópolis/Joinville.

Então, precisamos descentralizar. Os médicos têm que ir para o interior. E tem que criar uma relação mais direta das universidades, dos cursos, das faculdades, com atenção básica. Isso vai fortalecer a atenção básica.

Os médicos saem das universidades e com seis anos eles já serão médicos. Eles terão um segundo ciclo complementar, mas já na condição de médico, com o registro do Conselho Regional de Medicina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com o CRM.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Já com o CRM.

Então, ele vai ter um estágio. Aí, sim, acho que vai ser um estágio profissionalizante mais importante do que os seis anos anteriores, pois ele vai viver a rede básica, a atenção básica, a aprender o atendimento, a humanização, a atender no posto de saúde, no pronto socorro, no Samu.

Isso vale para os estudantes que vêm das escolas públicas e privadas. Vai ser algo valioso para o resto da vida dele, seja qual o caminho que seguir depois, a especialidade que queira fazer.

Então, é nesse sentido que isso já é preventivo. Veja que essa medida já não é mais curativa, já se vê a luz do fim do túnel, no sentido mais preventivo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Kennedy Nunes, são dez mil novos postos de emprego. Precisaríamos licitar também dez mil novas ambulâncias, porque vai ter que encaminhar essas pessoas atendidas para os grandes centros.

Os estrangeiros vão trabalhar com supervisão de médicos brasileiros por três anos? Eles só poderão atuar dentro do programa e pelo período determinado? Depois disso vão embora? Não, depois

disso eles irão procurar certamente um lugar melhor para trabalhar.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo um aparte a v.exa.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Eu inclusive já me manifestei na tribuna com relação ao anúncio de mais médicos. Então, não vou tecer meu comentário em relação a isso, mas quero aproveitar para informar a todos que está no Diário Oficial da União de hoje R\$ 419 milhões para unidades básicas de saúde. E Santa Catarina é um dos estados que mais será beneficiado com reforma, ampliação e construção de novas unidades de Saúde, atingindo em torno de 140 municípios.

Então, gostaria de dar essa boa notícia para todos os deputados e suas regiões. Nós temos inclusive a lista dos municípios, caso os deputados queiram acessá-la.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu entendo que esse é um assunto que vai ainda render muitos comentários. E acho interessante trazermos para esse espaço, para que possamos comentar. Afinal de contas é a saúde de todos que está em conta e em risco.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Volnei Morastoni, quero aqui registrar a satisfação que vivemos com a sua luta incansável pela saúde pública. E não acredito que não exista uma estratégia clara dessa posição do governo brasileiro, pois tudo está bem articulado. Pode até existir alguns gargalos que precisam ser revistos e discutindo ainda. Agora, é uma estratégia de chegar ao interior dos municípios em todo o nosso país, às pessoas que hoje não têm direito a ter um atendimento médico.

O povo sempre se virou, sempre deu um jeito. A Medicina tradicional, as nossas famosas curandeiras, as nossas parteiras, sempre ajudaram muito o Brasil e o interior do Brasil principalmente. Inclusive precisamos avançar na Medicina tradicional, nas fitoterapias, na saúde pública no Brasil, porque infelizmente a nossa visão de saúde está voltada ao curativo e está voltada simplesmente ao comércio. Quem tem condições de comprar têm condições de ter atendimento. E isso precisamos mudar no Brasil.

O SUS, por isso, tem que ser defendido, tem que dar condições iguais a toda população brasileira. E muita coisa que não é feita pelo plano de saúde o SUS faz, como cirurgias de alta complexidade, de alto risco. Inclusive pessoas que pagam plano de saúde, quando precisam de atendimento desses, vão para o serviço público.

Verificamos aqui a lista dos municípios que serão beneficiados. Aqui temos municípios como Lages, por exemplo, que irá ter mais investimentos em várias áreas, porque são três grandes áreas - ampliação, reforma e construção. Lages tem seis projetos com investimentos médios de R\$ 500 mil em cada um. E assim todos os municípios vão ter algum atendimento, e serão praticamente mais se R\$ 90 milhões investidos nos nossos municípios em Santa Catarina.

Deputado Kennedy Nunes, isso já responde à sua pergunta. Teremos as unidades de saúde ampliadas para esses médicos poderem trabalhar nos devidos municípios. E estou muito feliz com isso, porque por vários momentos já pensei e discuti com minha equipe como a pessoa que recebe e estuda numa universidade pública pode prestar algum serviço a mais para a sociedade brasileira. Em Cuba, por exemplo, há décadas, as pessoas que se formam em universidade pública precisam prestar serviço por um período para a sociedade, mesmo porque ainda está em período de adaptação, de conhecer, de profissionalizar-se melhor e tal.

Nós como deputados estaduais não tínhamos muito a oportunidade de legislar sobre isso. Mas agora vejo o nosso governo, o governo da

presidente Dilma Rousseff, fazendo esses investimentos na infraestrutura, mas especialmente pensando uma estratégia de formação e capacitação de médicos para atuarem no Brasil. Mas há contradições. As entidades médicas estão contra. E aí, deputado Kennedy Nunes, não adianta chamá-los para discutir isso, porque eles não querem. Parece que há uma reserva de mercado nessa questão.

Questiona-se também se eles vão ser validados. E a regra diz o seguinte: "Ao optar pelo registro temporário não será preciso conceder o direito de pleno exercício da Medicina por meio do Revalida (Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos), que se aplicado daria a permissão para atuar em qualquer parte do país".

Essa hipótese, além de significar aumento da disputa de mercado com os brasileiros, não atenderia ao objetivo do governo federal de preencher postos de trabalho hoje ociosos em regiões carentes. Então, justamente a ideia de não revalidar o exame dos médicos feito lá fora é para que não continuem no Brasil, mas que fiquem por um período aqui, a fim de suprir uma demanda temporária. Primeiro queremos incentivar a vinda dos estrangeiros para atender a esse espaço. Então, precisamos discutir esse tema.

O deputado Kennedy Nunes trouxe a questão do acompanhamento, e pelo que está escrito aqui as universidades públicas vão exercer esse direito. Outra questão importante: como fica a situação dos jovens que estudam e formam-se pelo ProUni, pois é dinheiro público, mas estudam em escola particular. Pela regra seriam todos iguais. E mesmo as universidades privadas têm uma concessão pública para fazer essa capacitação, precisam passar por regras, senão que tipo de profissional se forma? Mas está escrito que as universidades públicas irão fazer esse acompanhamento nesses dois anos, depois dos seis anos de formado. Eles vão estar formados, mas terão mais dois anos de capacitação e preparação, além da formação de seis anos. E terão garantidos os recursos, vão ser pagos para prestar esse serviço. São até R\$ 10 mil para ir para os municípios.

Finalmente quero falar aqui sobre outro tema. Precisamos dialogar pelo conjunto de estratégias que o governo federal vem adotando na infraestrutura. Nós tivemos, na última sexta-feira, duas audiências públicas das ferrovias, uma em Canoinhas e outra em Mafra. Teremos, sim, grandes investimentos. Realmente são investimentos estratégicos que ocorrem no transporte.

Estaremos debatendo em seminários, a ser realizados pela comissão da Aquicultura e Pesca desta Casa, os desafios dessa cadeia produtiva no estado. E hoje pela manhã houve uma bela audiência pública nesta Casa, para discutir os desafios da pesca artesanal, indicada pelo colega deputado Edison Andrino.

Então, a nossa comissão está atuando no estado. Assumimos esse desafio de ajudar a fortalecer esse setor da aquicultura e pesca, da maricultura, do estado e de outras atividades.

Santa Catarina tem um grande potencial e precisa garantir que essa atividade possa trazer condição de vida, renda, emprego, geração de desenvolvimento no estado.

Quero dizer que são inúmeros encaminhamentos que assumimos com associações de pescadores, nesta Casa. Quero registrar isso e dizer da alegria em receber as pessoas das mais diversas regiões de Santa Catarina, que vêm buscar as soluções, os projetos que precisam ser executados nas mais diversas áreas.

Hoje, com certeza o grande passo foi o Encontro Nacional dos Prefeitos, em Brasília, e os anúncios feitos na área da saúde que possam mudar a vida de muitas pessoas por este Brasil, por esta Santa Catarina.

O nosso estado tem recebido vários investimentos. É um dos estados que mais recebeu suporte de recursos federais...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, amigos da TVAL, primeiramente, faço uso da tribuna na condição de líder do Partido Progressista, para anunciar que na segunda-feira próxima passada o presidente do Partido Progressista, deputado Joares Ponticelli, cedeu o espaço, promovendo a transmissão de cargo ao vice-presidente estadual, deputado federal João Pizzolatti.

Dentro do entendimento que procuramos buscar ao longo do tempo, estava preste a se travar uma disputa, não diferente do PMDB, do PSDB e de tantos outros partidos, que é salutar dentro do processo democrático. Mas penso que numa atitude soberana, madura, transparente, buscou-se o entendimento para que se pudesse evitar o constrangimento dos partidários de ter que optar por esse ou por aquele, sendo que todos são filiados do mesmo partido.

Por essa razão, entendo ser necessário registrar, neste momento, perante esta tribuna, o partido que conseguiu no último pleito fazer eleição, ajudar a eleger 47 prefeitos, 52 vices-prefeitos e 494 vereadores, permanecendo ainda o segundo colocado no *ranking* do estado de Santa Catarina.

É um momento de expectativa crescente para o partido que vem desenvolvendo as suas atividades no Parlamento, numa parceria com o governador Raimundo Colombo. E a única condição exigida foi de que se desse o mesmo tratamento aos prefeitos, vice-prefeitos, lideranças, como é feito com os da base da Tríplice Aliança, sem condicionar, absolutamente, nenhum tipo de cargo. Evidentemente que isso nos remete a uma condição de imparcialidade, mas ao mesmo tempo de compromisso com as ações e as boas ações empreendidas pelo governo do estado, interagindo no Parlamento os cinco deputados progressistas, sendo leis a esse pacto que enobrece, enaltece. Com certeza é um

momento singular na história política de Santa Catarina, eis que através de uma gestão se consegue buscar linhas de financiamento na monta de aproximadamente R\$ 10 bilhões.

Houve a necessidade de um esforço redobrado e um perfil de gestão por parte da administração, reduzindo custos, criando muscularidade para poder fazer o contraponto e a capacidade de endividamento do estado perante esse financiamento de R\$ 10 bilhões, os quais não são a fundo perdido.

É bem verdade que devemos ressaltar aqui a parceria da presidente Dilma Rousseff com o governo de Santa Catarina. São recursos que o cidadão catarinense, através do seu trabalho, do seu suor, dos seus impostos, vai ter que retribuir aos cofres da união.

O que não acontece em nível de Brasil, está acontecendo aqui em Santa Catarina, onde serão aquinhoados os 295 municípios, independente de partido, dentro de uma ação suprapartidária, dentro de uma inclusão que vem ao encontro das pessoas e dos municípios, num recurso da monta de R\$ 530 milhões desses R\$ 10 bilhões de financiamento que serão disponibilizados aos municípios, a fundo perdido, sem a necessidade da contrapartida.

Então, é um momento histórico que estamos vivenciando. E eu, na qualidade de deputado, estou no quarto mandato, exercendo essa cadeira. É um momento singular, o qual nos enaltece, e esperamos poder fazer com que todos esses investimentos sejam exercidos na sua plenitude, potencializando as mais variadas ações dentro da linha de inclusão social, infraestrutura, segurança, saúde, para que possamos desencadear cada vez mais o processo econômico do estado.

É preciso ressaltar essa parceria. E muitas vezes, em contato com os gaúchos, eles questionam que o partido do PT que administra o estado do Rio Grande do Sul foi aquinhoadado com R\$ 2,5 milhões de financiamento, enquanto Santa Catarina foi com R\$ R\$ 10 bilhões. Mas acredito que acima de tudo tem que haver compromisso e palavra. E o governador

Raimundo Colombo tem-se demonstrado nessa condição, por isso essa parceria. E acredito que ela será cada vez mais fortalecida.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPTUADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado, apenas para não me contrapor, concordando em grande parte com v.exa., quero dizer duas questões. Primeiro, v.exa. fala ao contrário de Brasília. Isso só foi possível porque teve a participação de Brasília e do governo da presidente Dilma Rousseff. Hoje, inclusive, a presidente anunciou R\$ 3 bilhões de investimentos para saúde e educação para todos os municípios, exatamente distribuídos sem nenhuma discriminação.

Então, uma correção, sr. deputado, não é aqui e lá não. Lá saiu o exemplo e aqui seguiu também. Parabéns ao governo que segue, mas o exemplo vem de Brasília.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Respeitando o seu aparte, deputado Neodi Saretta, apenas para corroborar no seu raciocínio, o estado de santa Catarina, nos últimos quatro anos, contribuiu para os cofres da união com mais de R\$ 52 bilhões, e esse dinheiro não é a fundo perdido. É dinheiro que o trabalhador catarinense precisará pagar.

Agora, preciso ressaltar e parabenizar a parceria do governo federal com o governo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência comunica que a presente sessão será suspensa até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)- (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0018/2013, de autoria do Ministério Público.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0085/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0191/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0202/2013, de autoria do governador do estado.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0214/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0168/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui a Campanha Estadual de Conscientização e Combate à Automedicação e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0229/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação dos valores dos imóveis e veículos nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0048/2013, de autoria governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Concórdia.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0157/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a

Associação Senhora de Lourdes, de Governador Celso Ramos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0166/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação de Bocha Indaial, do município de Indaial.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0189/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0056/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o Dia Estadual do Cuidador de Idosos no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0127/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina a Semana de Prevenção e Combate às Enchentes e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Proteção Civil.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pelo a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, eu só quero solicitar a inclusão de outro projeto na pauta de hoje da Ordem do Dia. É o projeto que trata da carreira militar das mulheres, eu acho que é o de n. 0024.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não teremos nenhum problema em votar, deputada Luciane Carminatti, mas o projeto tem que chegar à mesa, caso contrário, não há condições de colocar em votação. Havendo acordo entre os deputados não há problema.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0002/2013, de autoria da Mesa, que altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovado pela Resolução n. 005, de 2008.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, temos ainda algumas matérias extrapauta.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0378/2012, de origem governamental, que dispõe sobre a concessão de pensão especial e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0222/2013, de origem governamental, que dispõe sobre a criação da Escola Estadual de Educação Básica João Kuchler - Ensino Médio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0441/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0442/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0443/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0444/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0745/2013 e 0746/2013 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0748/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0749/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0750/2013, 0751/2013 e 0752/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0753/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0754/2013 e 0755/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0756/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Requerimento n. 0747/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do estado, solicitando que informe o montante aplicado na recuperação da ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0060/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à ministra chefe da Casa Civil, ao ministro das Cidades e aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Contran e ao coordenador do Fórum Parlamentar no Congresso Nacional, manifestando contrariedade às Resoluções n.s 429 e 434 e solicitando a revogação das mesmas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0061/2013, de autoria da Bancada Feminina, a ser enviada aos secretários da Casa Civil, da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar, manifestando apoio à luta dos candidatos contra os dispositivos discriminatórios de altura, acuidade visual e presença de tatuagem que os tornou inaptos à continuidade no processo seletivo da Polícia Militar do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0062/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro da Saúde, apelando pelo reajuste emergencial da tabela do SUS para os hospitais filantrópicos e médicos que neles prestem seus serviços profissionais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Espero que pela discussão calorosa que aconteceu no plenário tenham chegado a um consenso para a votação do referido projeto.

Estamos aguardando que o projeto chegue à mesa para que possamos proceder à discussão e a referida votação.

Chamo a atenção dos srs. parlamentares que estão nos gabinetes que necessitamos de quórum qualificado, 21 votos, para podermos deliberar sobre o referido projeto.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Srs. deputados e sras. deputadas, extrapauta ainda temos para deliberação o PLC n. 0024/2013, de procedência governamental, que altera a Lei Complementar n. 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Eu peço aos srs. parlamentares que registrem a presença para a verificação de quórum, porque esta matéria carece de maioria absoluta por se tratar de lei complementar.

Portanto, solicito a todos que possam registrar a sua presença.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	PRESENTE
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	PRESENTE
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	PRESENTE
DEPUTADO CIRO ROZA	PRESENTE
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	PRESENTE
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	PRESENTE
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	PRESENTE

DEPUTADO EDISON ANDRINO	PRESENTE
DEPUTADO GELSON MERISIO	PRESENTE
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	PRESENTE
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	PRESENTE
DEPUTADO JAILSON LIMA	PRESENTE
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	PRESENTE
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	PRESENTE
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	PRESENTE
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	PRESENTE
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	PRESENTE
DEPUTADO KENNEDY NUNES	PRESENTE
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	PRESENTE
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	PRESENTE
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	PRESENTE
DEPUTADO MAURO DE NADAL	PRESENTE
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	PRESENTE
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	PRESENTE
DEPUTADO NEODI SARETTA	PRESENTE
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	PRESENTE
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	PRESENTE
DEPUTADO RENATO HINNIG	PRESENTE
DEPUTADO RENO CARAMORI	PRESENTE
DEPUTADO ROMILDO TITON	PRESENTE
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	PRESENTE
DEPUTADO SERAFIM VENZON	PRESENTE
DEPUTADO SILVIO DREVECK	PRESENTE
DEPUTADO VALMIR COMIN	PRESENTE
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	PRESENTE

Quero também solicitar aos srs. parlamentares que se encontram em seus gabinetes que possam descer ao plenário. Já temos quórum para deliberar.

Consulto os srs. líderes se podemos incluir a referida matéria no esforço concentrado que esta Casa tem feito para corrigir um equívoco, em nossa opinião, da lei anterior.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0024/2013, de procedência governamental, que altera a Lei Complementar n. 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares

de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim

DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está mantido o veto.

Esta Presidência, com a concordância dos srs. líderes, encerra a presente, sessão convocando outra extraordinária, para hoje, às 16h23, para votarmos o segundo turno dessa matéria.

Está encerrada a presente sessão.